GIGAPP Estudios Working Papers
ISSN 2174-9515. Año (2025), Vol.10. Núm. 282, págs.613-626

DOI: 10.5281/zenodo.15309614

Nova velhice: Um fenômeno social contemporâneo

Carvalho, Angela Maria Carneiro de
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Brasil

angela.carvalho@ufscar.br

0000-0002-0117-4518

Souza, Maria Zélia de Almeida
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Brasil

mzassouza@gmail.com

0009-0006-1316-6722

Souza Silva, Vera Lúcia de
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Brasil

v.luciasouza2029@gmail.com

0000-0003-0925-6013

Documento recibido: 29 septiembre 2024.

Aprobado para publicación: 01 marzo 2025.

Resumen

El estudio investiga las representaciones sociales relacionadas al envejecimiento, según las mujeres brasileñas nacidas entre 1934 y 1964. Los datos del Censo 2022 indican que el 16% de la población brasileña es anciana, con predominio femenino. La feminización del envejecimiento es visible. Esta investigación, iniciada en 2023, utilizó como fuentes los Directorios de Grupos de Investigación del CNPq, las bases de datos Scopus y Web of Science y los medios de comunicación, sin registros específicos sobre la "Nueva Vejez". En Administración, el 76% de los estudios se centran en el consumo y el ocio, mientras que los medios de comunicación priorizan la diversidad. Se advierte la ausencia de políticas públicas sobre género y longevidad, con mayor atención mediática. Según investigaciones consultadas recientemente, estas mujeres muestran representaciones de la vejez asociadas a la valoración del presente, la creación de proyectos de futuro y el equilibrio entre seguridad y libertad. El estudio contribuye a la formulación de políticas públicas al enfatizar el género y la longevidad para atender adecuadamente las necesidades de este segmento.

Palabras clave: Nueva "vejez"; Feminización; Envejecimiento; Interseccionalidad; Representaciones Sociales; Políticas Públicas

Abstract

The study investigates the social representations of aging among Brazilian women born between 1934 and 1964. Data from the 2022 Census indicate that 16% of the Brazilian population is elderly, with a predominance of women. The feminization of aging is visible. This research, which began in 2023, used as sources the CNPq Directories of Research Groups, the Scopus and Web of Science databases, and the media, without specific records on "New Old Age". In Administration, 76% of studies focus on consumption and leisure, while the media privilege diversity. The absence of public policies on gender and longevity is highlighted, with greater media attention. The representations of old age among these women reflect the appreciation of the present, future projects and the balance between security and freedom. The study contributes to the formulation of public policies, with an emphasis on gender and longevity to adequately meet the needs of this segment.

Keywords: New eldery; Feminization; Aging; Intersectionality; Social Representations; Public Policies

Resumo

O estudo investiga as representações sociais relativas ao envelhecimento, segundo as mulheres brasileiras nascidas entre 1934 e 1964. Dados do Censo 2022 indicam que 16% da população brasileira é idosa, com predominância feminina. A feminilização do envelhecimento é visível. Esta pesquisa, iniciada em 2023, utilizou como fontes os Diretórios de Grupos de Pesquisa do CNPq, as bases Scopus e Web of Science e a mídia, sem registros específicos sobre "Nova Velhice". Em Administração, 76% dos estudos focam consumo e lazer, enquanto a mídia privilegia diversidade. Ausência de políticas públicas sobre gênero e longevidade é notada, com maior atenção midiática. Segundo as pesquisas consultadas, recentemente, essas mulheres evidenciam representações da velhice associadas à valorização do presente, à criação de projetos futuros e ao equilíbrio entre segurança e liberdade. O estudo contribui para a formulação de políticas públicas ao enfatizar o gênero e a longevidade para atender adequadamente às necessidades desse segmento.

Palavras-chave: Nova Velhice; Feminilização; Envelhecimento; Interseccionalidade; Representações Sociais; Políticas Públicas

Introdução

As previsões da ONU para 2050 indicam que uma em cada seis pessoas terá mais de 65 anos[1]. No Brasil, o Censo de 2022 revela que quase 16% da população se encontra nessa faixa etária, sendo a maioria composta por mulheres. Esse fenômeno, denominado Feminilização do Envelhecimento (Yannoulas, 2011; Libardoni et al, 2023; Cavaleiro e Santos, 2009), reflete o aumento da longevidade feminina em relação à masculina que, por sua vez, traz implicações para políticas públicas e compreensão social da velhice.

O conceito tradicional de envelhecimento feminino se associa à perda de capacidades e à invisibilidade social. Por outro lado, o que vem sendo atualmente denominado Nova Velhice propõe uma representação social distinta das mulheres ao valorizar, principalmente, a autonomia, a participação ativa e o empoderamento das pessoas idosas.

O presente artigo é um fragmento de pesquisa iniciada em agosto de 2023, motivada pela busca da qualificação do fenômeno contemporâneo denominado Nova Velhice. A princípio buscou-se subsídios nas Ciências Sociais Aplicadas, especificamente, no campo da Administração, área de conhecimento à qual as autoras se filiam.

Naquele contexto, e diante dos dados populacionais mais recentes, tornou-se necessário o aprofundamento do olhar sobre a feminilização do envelhecimento e, ainda, sobre as dinâmicas sociais de gênero, com seus impactos no âmbito pessoal e coletivo. Daí a motivação para a atual pesquisa, que busca responder à questão: *Como são construídas e quais as principais representações sociais das mulheres brasileiras, nascidas entre 1934 e 1964, quanto ao seu processo de envelhecimento?*

O artigo objetiva identificar as representações sociais evidenciadas pelas mulheres brasileiras, nascidas entre 1934 e 1964, quanto à velhice e ao seu processo de envelhecimento. E, consequentemente, busca verificar possíveis implicações das referidas representações no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à longevidade e ao gênero.

A investigação se assenta no aporte teórico de Moscovici (2007) relativo às representações sociais. Na sua linha de pensamento representações são vinculadas a conceitos sociológicos e psicológicos. O autor introduz o conceito associando representações e comunicação e alerta que elas são uma forma de conhecimento.

> *As representações sociais seriam entidades quase tangíveis que circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos (Moscovici, 2007, p.10)*

O argumento central de Moscovici, em se tratando dessa temática, reside na questão da sua legitimação na modernidade. Se antes representações eram garantidas por instituições divinas e pelo Estado,

[1] O IBGE considera idosa uma pessoa com idade igual ou acima de 60 anos.

atualmente, essa legitimação é "parte de uma dinâmica social mais complexa e contestada, em que representações dos diferentes grupos na sociedade procuram estabelecer uma hegemonia" (Moscovici, 2007, p.17). Representações podem ser consideradas uma 'rede' de ideias, metáforas ou imagens. Elas possuem um aspecto impessoal na medida em que pertencem a todos, pressupondo que pertencem a outras pessoas e outros grupos. Sob essa perspectiva, podem ser compreendidas ainda como uma representação pessoal ao pertencerem ao ego no âmbito afetivo.

O artigo se propõe a um mapeamento de literatura e busca alinhamento de possibilidades teóricas capazes de propiciar uma categorização e base conceitual para a identificação e compreensão das representações sociais mais frequentes das mulheres brasileiras, nascidas entre 1934 e 1964, quanto à velhice e ao seu processo de envelhecimento. O estudo está estruturado em quatro seções além dessa Introdução. Na segunda são demonstrados os Antecedentes e Procedimentos Metodológicos da Pesquisa. Na terceira são tratadas a Feminilização e suas Representações em múltiplas contribuições para a compreensão do tema; na quarta são abordadas considerações sobre Gênero e Envelhecimento e a quinta seção apresenta as Considerações Finais.

Antecedentes e Procedimentos Metodológicos

Esse artigo é um fragmento da pesquisa anterior cujo propósito residiu na busca da compreensão e exploração do conteúdo e das possibilidades relacionadas ao fenômeno contemporâneo intitulado Nova Velhice.

O foco do estudo inicial, centrado na área das Ciências Sociais Aplicadas, no campo da Administração, residiu na busca da expressão Nova Velhice nas fontes a seguir: *site* dos Diretórios dos Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bases *Scopus* e *Web of Science,* no site do principal Congresso de Administração do País, o ENANPAD (Encontro Anual da ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração) e na mídia de grande circulação, até 24/06/2024.

Posteriormente, a ausência de resposta demandou a busca dos termos Velhice e idoso nas bases anteriormente citadas e em pesquisas bibliográficas. O intuito residiu na verificação do posicionamento do campo frente à questão do envelhecimento. A síntese dos resultados, decorrentes de pesquisas acadêmicos em Administração, realizadas em 2023 e referentes ao período de 2004 a 2022, revelou que a maioria dos objetos de estudos vinculados ao envelhecimento, ratificados pela mídia, priorizou as temáticas Consumo, Lazer, Cuidados, Rede Social e Decisões Governamentais. Observou-se ainda que:

- A mídia registra um número publicações superior à acadêmica, enfatizando questões relativas à diversidade em geral;
- Políticas públicas não abordam a questão de gênero associada à longevidade;
- Objetivos e escolhas entre mulheres com a mesma idade cronológica são distintas;
- Representações sociais associadas à velhice se alteram no decorrer da história (Beauvoir, 2018; Negreiros, 2007), condicionadas por condições históricas e pelo abandono gradativo dos padrões patriarcais;
- O denominado Envelhecimento Positivo cada vez mais vem sendo valorizado;

- A longevidade, o desequilíbrio demográfico e o custo financeiro das políticas sociais fomentam a denominada Reprivatização da Velhice (Debert, 2020);
- Mulheres brasileiras, nascidas entre 1934 e 1964 e que vivenciaram os anos 1960, explicitam representações sociais da velhice associadas à imersão no aqui-e-agora, à construção de projetos futuros e à conciliação do binômio segurança e liberdade quanto às pautas de costume.

O atual estudo tem caráter bibliográfico fundamentado no mapeamento da literatura. O procedimento exploratório enfatizou a busca de referências acadêmicas relacionadas ao tema Feminilização da Velhice visando sintetizar a produção do conhecimento. A pesquisa, iniciada no campo da Administração, foi ampliada em face da escassez de material orientado para esse enfoque.

Quadro 1. Artigos selecionados em periódicos CAPES

ANO	PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTORIA
2023	Revista de Arquitetura, Cidade e contemporaneidade (PIXO)	A idosa e a construção social de gênero: uma pesquisa participativa em Pelotas, Belo Horizonte e Brasília	Libardoni, T.; Portella, A.; Chiarelli, L.; Sopeña, S.; Günther I.; Braga, A.
2021	Anuário de Literatura	A representação da velhice feminina em narrativas orais da matintaperera	Ramos, A.; Simões, M.
2011	Temporalis	Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria	Yannoulas, S.
2009	Revista de enfermagem UFPE *on line*	Produção científica sobre sexualidade de mulheres idosas em periódicos da enfermagem, saúde pública e gerontologia	Cavalheiro, B.; Santos, S.Butler

Fonte: Elaborada pelas autoras

A investigação sobre o termo Feminilização incidiu sobre o material obtido no *site* da ANPAD e nos artigos publicados em periódicos disponíveis no sistema de indexação Spell – *Scientific Periodicals Electronic Library*. A busca da palavra-chave "Feminilização" no SPELL resultou em apenas um artigo que não se enquadrava no escopo da pesquisa. Ainda, a ausência do termo mencionado na busca disponível no site da ANPAD permite supor que ele não se encontra nos anais disponíveis dos congressos abrangidos.

A busca do termo "Feminilização" nos Periódicos CAPES revelou 80 artigos. Por sua vez, a pesquisa dos termos "Feminilização e Velhice" trouxe à tona 6 artigos. A síntese de ambas as buscas resultou nos 4 artigos, demonstrados a seguir, mais pertinentes ao tema da pesquisa.

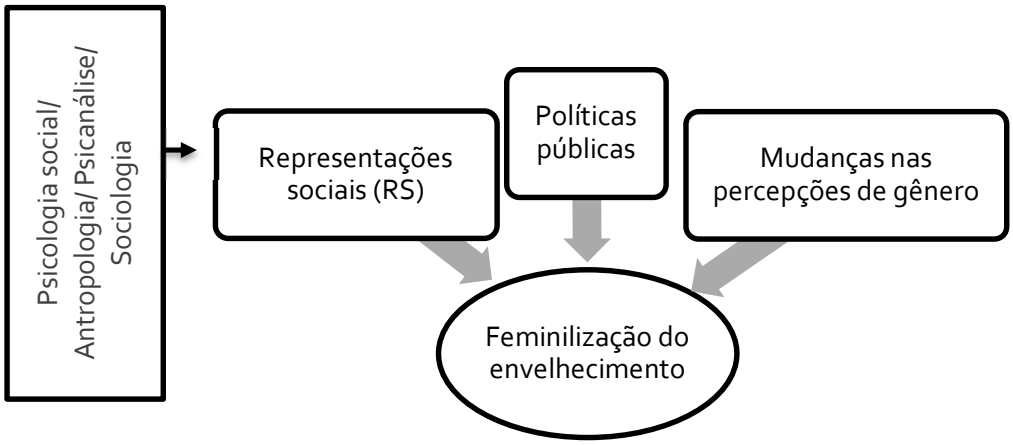
Feminilização da Velhice e Representações

As mutações históricas nas representações da velhice, desde Beauvoir (2018), são notórias. Na atualidade, um número significativo de pesquisas assinala a relação entre Gênero e Representações Sociais - RS (Arruda, 2002). Especificamente, os estudos sobre RS a respeito de velhice utilizam argumentos de abordagens teóricas distintas. Entretanto, há convergência quanto à sua conceituação. Elas afirmam que este conceito, resultante das contribuições de diferentes áreas do conhecimento,

representa uma ferramenta efetiva para a compreensão de fenômenos contemporâneos como esse objeto de estudo.

A Figura 1 esquematiza a relação entre mudanças nas percepções de gênero e políticas públicas quanto à feminilização do envelhecimento. No caso, o intuito é fortalecer a relevância do papel das RS no desenvolvimento de políticas públicas que atendam às demandas deste grupo específico da sociedade brasileira.

Figura 1. Diagrama conceitual da feminilização do envelhecimento



Fonte: Elaborado pelas autoras

O Quadro 2, apresenta, resumidamente, as principais contribuições das áreas de conhecimento - Antropologia, Psicologia Social, Sociologia e Psicanálise - para a qualificação do conceito Feminização do Envelhecimento. Considera-se que todas essas contribuições são relevantes à compreensão das construções sociais que, por sua vez, afetam práticas culturais e relações de poder em diversas sociedades.

Apesar da diversidade de perspectivas a respeito de RS, elas são compreendidas como um saber prático, resultante de interações e comunicações intergrupais, que configuram a situação cotidiana dos indivíduos, conforme ilustra Jodelet (2012).

Quadro 2. Contribuições para a nomeação do conceito Nova Velhice

ÁREAS DE CONHECIMENTO	PERSPECTIVAS
Sociologia	Representações de gênero são construções culturais influenciadas pelo comportamento humano, pelas instituições sociais e relações de poder. As posições teóricas de Butler (2016), Collins (2021) e Bourdieu (1983; 1992; 2008), entre outras, ilustram esse modo de pensar na medida em que ressaltam a complexidade das identidades de gênero e as suas interseções com outras formas de opressão.
Psicologia Social	Esta perspectiva destaca a influência de representações sociais na identidade de gênero, nos estereótipos e a na dinâmica de poder entre os gêneros. Jodelet (2012) e Moscovici (2007), entre outros, destacam que elas são fundamentais à compreensão de como normas, estereótipos e práticas culturais se perpetuam.
Antropologia	Essa área do conhecimento investiga como o gênero é construído em diferentes sociedades. Daí a suposição que representações de gênero são percebidas como produtos culturais e, logo, variáveis não universais (Geertz, 1978 *apud* Spink, 1993).
Psicanálise	A perspectiva psicanalítica sobre gênero, alinhada à lógica freudiana (Freud citado em Beauvoir, 1980), enfatiza que os processos inconscientes influenciam a identidade e as relações de poder. Elas são compreendidas como estruturas psíquicas enraizadas na subjetividade, cujos processos inconscientes se explicitam por meio de manifestações culturais e relações sociais.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Assim, a pressuposição de que gênero é uma construção social autoriza a afirmação de que ele é construído, reproduzido, compreendido e explicitado na sociedade por meio de normas, estereótipos e práticas culturais. Em suma, o conceito Gênero por ser mutável acarreta implicações no decorrer da vida.

Gênero e Envelhecimento

As definições usuais de gênero se fundamentam em teorias feministas. Quanto ao envelhecimento feminino elas abordam as relações sociais e culturais que determinam o lugar das mulheres na sociedade e, portanto, afetam suas experiências e vivências na velhice, conforme ilustra o Quadro 3, a seguir.

O Quadro 3 é fundamental para uma compreensão crítica das relações entre gênero e envelhecimento. O envelhecimento feminino é impactado por construções sociais e culturais que variam de acordo com as diferentes intersecções de identidade. Constatação que permite, não somente problematizar como o envelhecimento feminino é tratado em comparação ao masculino, mas também, como as construções sociais afetam a maneira como a sociedade percebe e trata as mulheres idosas 60+.

Quadro 3. Linhas de pensamento sobre envelhecimento

LINHA DE PENSAMENTO	ARGUMENTOS CENTRAIS	REFERÊNCIAS TEÓRICAS
Teoria do Gênero e a construção social do envelhecimento	Diferenças entre homens e mulheres são construções sociais que afetam a vivência da velhice. Beauvoir, uma referência clássica, defende que o corpo feminino é construído socialmente. O envelhecimento feminino é percebido como uma etapa em que as mulheres sofrem uma dupla marginalização por serem mulheres e idosas.	Beauvoir, S (1980)
Teoria feminista do envelhecimento	A ideia do "duplo padrão de envelhecimento" é alvo de críticas. Ilustrando, Gullette critica a "narrativa do declínio" - o envelhecimento feminino, em especial, é uma fase de perda e decadência. Ela argumenta que se trata de uma visão culturalmente imposta, pois é possível às mulheres vivenciar o envelhecimento de formas positivas e empoderadas.	Gullette, M. (1998)
Interseccionalidade no Envelhecimento Feminino	A interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, é crucial à compreensão do envelhecimento feminino, considerando o entrelaçamento de gênero, raça, classe e outras identidades. O que implica reconhecer que mulheres negras, indígenas e de classes sociais distintas podem enfrentar formas mais intensas de marginalização e discriminação na velhice.	Crenshaw, K. (1991)
Velhice e Identidade de Gênero	Butler pressupõe que gênero é performativo e mutável. Em se tratando do envelhecimento, a autora sugere que as identidades de gênero não são estáticas ao longo da vida. As mulheres podem reconstruir suas identidades de formas diversas à medida que envelhecem.	Butler, J. (2016)

Fonte: Elaborado pelas autoras

Em suma, os modos de pensar o processo de envelhecimento autorizam a afirmação de que o envelhecimento é um processo contínuo e complexo (Almeida e Lorenço (2008). Gradativamente se expandem representações sociais positivas e produtivas sobre a velhice feminina, combatendo os estereótipos e preconceitos que ainda persistem. Inúmeras pesquisas se caracterizam pela crítica à ausência do tema da velhice nas discussões feministas. Essa lacuna não se vincula apenas ao medo de envelhecer ou à repulsa ao corpo envelhecido (Debert, 2020). À semelhança, Beauvoir (2018), enfatiza a emergência de discursos que denunciam a "conspiração do silêncio" (p.8), sobretudo, inspirados nas representações sociais alicerçadas na lógica patriarcal. Nesse sentido cabe um olhar específico sobre a influência da relação supracitada no Brasil.

A construção do conceito Velhice resulta de um processo dinâmico, interligado a fatores históricos, culturais e econômicos. Nesse sentido, é oportuno ressaltar o alerta de Marcos Túlio Cícero (séc. I a.C.), na obra "Saber Envelhecer":

> *Portanto, os argumentos daqueles que dizem que a velhice não tem lugar não tem fundamento. São como pessoas afirmando que o timoneiro não faz nada ao conduzir um navio, porque enquanto alguns membros da tripulação estão subindo nos mastros, outros correndo de um lado para o outro nas passarelas e outros ainda bombeando a água do porão, ele permanece quieto na popa, segurando o leme. Ele pode não fazer o que os jovens fazem, mas está desempenhando uma função crucial. Os grandes assuntos da vida não são realizados pela força física, atividade ou*

> *agilidade do corpo, mas pela deliberação, caráter e expressão de opinião. E nesses aspectos, a velhice, além de não ser provada, geralmente os possui em maior grau. (Cícero, 2023, p.27).*

Esse estudo compartilha ideias, como as defendidas por Debert, Beauvoir e Cícero, para trazer à tona condicionantes relevantes que influenciaram as representações sociais relativas ao envelhecimento feminino no Brasil. Inspiradas na lógica patriarcal, tais ideias instigam a perspectiva reducionista exclusivamente centrada na beleza de um corpo jovem feminino:

Colonização e Patriarcado

Esta perspectiva, ao fundamentar a construção social do gênero no Brasil se enraíza de modo profundo na história colonial do País. No período colonial (1500–1822), o sistema patriarcal, reforçado pela Igreja Católica e pelo Estado português (Walby, 1990), determinou funções rígidas para homens e mulheres. A mulher era confinada ao espaço doméstico e o homem ao espaço público. Beauvoir denunciou esta divisão de espaços na sua publicação, em 1949, na França. Denúncia que permite compreender como a teoria patriarcal opera como um sistema de dominação desde a colonização e como ele se perpetua por meio de instituições sociais e culturais.

A influência do Movimento Feminista

Este movimento no Brasil, a partir da década de 70, desvelou questões centrais quanto à construção social do gênero e sinalizou mudanças nas representações sociais a respeito da imagem nostálgica da mulher com a idade acima de 60 anos.

O ícone da "vovozinha", obesa e assexuada, sentada em uma cadeira de balanço, tricotando casaquinhos de lã para os seus netos, vem sendo implodido gradativamente. O colapso deste símbolo, sob a influência de correntes de pensamento internacionais e locais, desvela a crítica ao patriarcado, à desigualdade de gênero e às opressões vivenciadas por mulheres de diferentes raças e classes sociais. O estudo de Saffioti (2004) merece destaque ao enfatizar a análise da "produção e reprodução de desigualdades de gênero", a partir da investigação da interseção entre gênero, classe e raça no contexto brasileiro.

Cultura Popular e Mídia

A cultura popular e a mídia, também, condicionam a construção do gênero no Brasil. Novelas, peças teatrais, músicas e outras formas de expressão artística reforçam ou contestam estereótipos de gênero. A imagem da "mulher brasileira", hipersexualizada com frequência, particularmente, em contextos internacionais, cria uma construção estereotipada da feminilidade. O conceito Corpo Racializado (Hall, 2006) referente à representação cultural evidencia como imagens midiáticas modelam as expectativas de gênero no Brasil.

Religião e gênero

A religião, em especial, o cristianismo, desempenhou um papel central na construção social do gênero no Brasil (Butler, 2016). A moralidade religiosa impõe normas rígidas à sexualidade e ao comportamento feminino, reforçando o papel das mulheres como esposas e mães, principalmente. A forte presença de religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, sinaliza uma perspectiva diversa

para a construção de gênero, quanto ao poder feminino e ao papel das sacerdotisas. A contribuição teórica de Butler sobre a performatividade de gênero ajuda a compreensão do papel da religião tanto no reforço quanto na subversão de normas direcionadas ao gênero.

Política e legislação

No século XX, especialmente após a redemocratização, o Brasil assistiu importantes mudanças nas políticas de gênero. A promulgação da Constituição de 1988 (CF/88) e a Lei Maria da Penha representam avanços na luta contra a violência de gênero e a promoção dos direitos das mulheres. Apesar disto, a implementação destas políticas enfrenta desafios, até então, sobretudo, devido às estruturas patriarcais e à desigualdade social. A noção Cidadania de Gênero desenvolvida por Scott (2019) e Corrêa et al (2008) contribui para o entendimento das políticas públicas e das lutas feministas no Brasil.

Questões LGBTQI+ e Identidades de Gênero

A discussão sobre gênero no Brasil abrange questões de identidades LGBTQIA+. Há avanços, como a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo e o reconhecimento legal de pessoas trans. Entretanto, o Brasil é um dos países com maiores índices de violência contra pessoas LGBTQIA+. Razão pela qual a construção social do gênero no Brasil, cada vez mais, se vincula às lutas por reconhecimento e contra a discriminação dessas identidades.

A construção social do gênero no Brasil é um fenômeno multifacetado, moldado por uma complexa rede de fatores históricos, culturais e econômicos. Referências teóricas, como Saffioti (2004), Butler (2016), Crenshaw (1991), Collins (2021), possibilitam a compreensão dos impactos da interseção de gênero, raça e classe no país, além das influências culturais e midiáticas que continuam a transformar essa construção ao longo do tempo. Em suma, a Teoria de Representações Sociais (RS) favorece a geração de conhecimento e do fazer científico por meio da incorporação das dimensões subjetivas, afetiva e cultural.

Interseccionalidade: uma ferramenta analítica

Crenshaw (1991) defende que o conceito de Interseccionalidade relaciona as diferentes categorias de opressão (gênero, raça, classe) afirmando que elas se sobrepõem e criam experiências distintas de discriminação e subordinação. A autora denunciou que mulheres negras americanas, em especial, enfrentavam um duplo fardo de opressão: racial e de gênero. A posição das mulheres escravizadas, distinta daquela ocupada pelas mulheres brancas, se caracterizava pela objetificação e exploração tanto como mão-de-obra quanto sexualmente.

A escravidão no Brasil teve um impacto profundo na construção social do gênero em termos de raça e classe, se considerados os argumentos desta autora. A realidade brasileira, marcada pela sua heterogeneidade e desigualdade, torna indispensável o uso da interseccionalidade como uma ferramenta analítica neste estudo. Pois, interseccionar implica em considerar marcadores sociais da diferença, como raça, gênero, sexo e geração. Informações relevantes na elaboração de novas políticas públicas mais efetivas.

É esperado que a presente pesquisa contribua para a ampliação e compreensão das distintas representações sociais associadas ao fenômeno contemporâneo denominado Nova Velhice. É provável que o repensar das políticas públicas brasileiras, assentado na vinculação do binômio longevidade e gênero, contribua para uma tomada de decisão alinhada ao atendimento das necessidades específicas do segmento da sociedade brasileira, selecionado como público-alvo do presente estudo.

Há políticas públicas relativas ao envelhecimento feminino no Brasil. Contudo, o que se observa é um descolamento entre as necessidades da população e a resposta efetiva oferecida pelo Estado brasileiro. Ilustrando, o Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecido internacionalmente, ainda não contempla determinadas iniciativas voltadas à população feminina idosa em suas necessidades específicas. Cite-se, por exemplo, a necessidade de políticas direcionadas às mulheres idosas que atuaram como cuidadoras no decorrer da sua vida. Em suma, torna-se necessário o aperfeiçoamento de referidas políticas subsidiadas por estudos que priorizem as lacunas apontadas.

Considerações Finais

O ponto de partida desta pesquisa teve como propósito a busca de respostas para indagações relativas à construção e à identificação das representações sociais frequentes associadas às mulheres brasileiras, nascidas entre 1934 e 1964, quanto ao seu processo de envelhecimento.

A pesquisa exploratória evidenciou a escassez de material no campo da Administração. Fato que demandou a ampliação dos estudos para outras áreas de conhecimento, objetivando a construção de um corpo de literatura que permita a análise futura do fenômeno Nova Velhice.

As mulheres acima dos 60 anos, historicamente, são vítimas do preconceito etário tanto por parte da sociedade como por elas próprias. Dentre outros estereótipos frequentes, desde os estudos iniciais desenvolvidos por Beauvoir (1980), merecem destaque as características de dessexualização, a perda do valor social e o status de 'invisível'. Entretanto, há mulheres para as quais as representações sociais da velhice são distintas. Elas se empenham no abandono dos padrões patriarcais, por exemplo, criando projetos futuros e buscando segurança e liberdade, simultaneamente. Elas são retratadas pela mídia e referenciadas por diversas denominações, sendo uma delas a Nova Velhice.

Essa pesquisa, ao buscar construir o aporte teórico para identificar as representações frequentes sobre envelhecimento, abre espaço para mapear e caracterizar esse novo segmento da sociedade brasileira. Diante da questão da pesquisa esse artigo debate diversas perspectivas teóricas associadas às representações sociais relativas às mulheres nascidas entre 1934 e 1964. O que se observa é a predominância da desnaturalização do envelhecimento feminino, relacionado às pessoas com idade acima de 60 anos e o silenciamento dessa realidade.

O artigo, portanto, evitou o reforço da ideia do "estelionato existencial" denunciada por Fonseca de Oliveira, Oliveira e Lima (2023). Em concordância com os autores, o sentido da vida não deve ser determinado por instituições de poder, que enfatizam apenas uma perspectiva produtivista, postura esta que, ao conceber o ser humano como um objeto favorece representações sociais que fortalecem estereótipos, preconceitos e discriminações.

Referências

Almeida, T. & Lourenço, M. L. 2008. Amor e sexualidade na velhice: direito nem sempre respeitado. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, 5(1), 130-140.

Arruda, A. 2002. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. Rio de Janeiro, UFRJ, Caderno de Pesquisa, n.117, 127-147.

Beauvoir, S. 2018. A Velhice. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Beauvoir, S. 1980. O Segundo Sexo. Vol. 2. A experiência vivida. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bourdieu, P. 2008. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.

Bourdieu, Pierre & Passeron, Jean-Claude. 1992. A reprodução. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Bourdieu, P. 1983. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero.

Brasil. Constituição 2016. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidencia da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 18 de dezembro de 2024.

Brasil. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. (Lei Maria da Penha). 2006- Brasília, DF: Senado, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm . Acesso em: 20 mar. 2024.

Butler, J.P. 2016. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 11 ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cavalheiro, B; Santos, S. 2009. Produção científica sobre sexualidade de mulheres idosas em periódicos da enfermagem, saúde pública e gerontologia. Revista de Enfermagem UFPE On Line. v. 3, n. 4.

Cícero. 2023. Sobre a Amizade &Saber Envelhecer. São Paulo, Barueri, Camelot Editora.

Collins, P.H. 2021. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo.

Corrêa, S., Parker, R.& Petchesky, R. 2008. Sexuality, Health and Human Rights. New York: Routledge.

Crenshaw, K. 1991. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p.1241-1299.

Debert, G. G. 2020. A reinvenção da Velhice: Socialização e processos de reprivatização da velhice. 3ª reimpressão. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Gullette, M. In: Farber, S. 2012. Comunicação e Sociedade, vol. 21, pp. 123 – 133.

Fonseca de Oliveira, W.I, Oliveira, P.T.& Lima. K. C. 2023. Saúde Soc. São Paulo, v.32, n.2.

Hall, S. 2006. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2022. Documentação do Censo 2022. Rio de Janeiro.

Jodelet, D. In: Moscovici, S. 2012. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes.

Libardoni, T.; Portella, A.; Chiarelli, L.; Sopeña, S.; Günther I.& Braga, A. 2023. A idosa e a construção social de gênero: Uma pesquisa participativa em Pelotas, Belo Horizonte e Brasília . PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 6, n. 23, p. 446-465.

Moscovici, S. 2007. Representações sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes.

Negreiros, T. C. G. M. (org.). 2007. A Nova Velhice - uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: Revinter.

Organização das Nações Unidas (ONU). 2022. World Population Prospects. Disponível em https://population.un.org/wpp/ , acesso em 05/07/2024.

Ramos, A.J.A. & Simões, M.P.S. 2021. A representação da velhice feminina em narrativas orais da matinperera. Anuário de Literário, [S.l] v.26, p.01-18.

Saffioti, H. 2004. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 2 ª ed. São Paulo: Expressão Popular.

Scott, J. 2019. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: Hollanda, Heloísa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Spink, M. J. P. 1993. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308.

Yannoulas, S. 2011. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria - Temporalis, Brasilia (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez.

Walby, S. 1990. Theorizing Patriarchy. Oxford: Basil Blackwell.

Sobre os autores

Dra. Ângela Maria Carneiro de Carvalho. Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (DEP/UFSCar-SP), com período cursado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS/Paris-France). Mestre em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV-RJ). Graduada em Ciências Administrativas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Petrópolis (RJ). Curso de Administração Pública no *Institut International d´ Administration Publique* (IIAP) - Paris/ France. Dra. Maria Zelia de Almeida Souza - Doutora em Engenharia de Produção pela UFSCar. Mestre em Administração pela FGV. Graduada em Administração Pública (FGV/ EBAP). Formação em Coaching e Mentoring pela SLAC. Dra. Vera Lúcia de Souza - Doutora em Engenharia de Produção pela UFSCar. Mestre em Administração (FGV/ EBAP). Mestrado em Psicologia (FGV/CPGPA). Graduada em Psicologia (UFRJ). Há mais de 40 anos atuando como palestrante e consultora, com *expertise* em planejamento estratégico e gestão de pessoas.

URL estable documento/stable URL

OJS: https://gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/352
DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.15309614

El Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) es una iniciativa impulsada por académicos, investigadores y profesores Iberoamericanos, cuyo principal propósito es contribuir al debate y la generación de nuevos conceptos, enfoques y marcos de análisis en las áreas de gobierno, gestión y políticas públicas, fomentando la creación de espacio de intercambio y colaboración permanente, y facilitando la construcción de redes y proyectos conjuntos sobre la base de actividades de docencia, investigación, asistencia técnica y extensión.

Las áreas de trabajo que constituyen los ejes principales del GIGAPP son:
1. Gobierno, instituciones y comportamiento político
2. Administración Pública
3. Políticas Públicas

Información de Contacto
Asociación GIGAPP.
ewp@gigapp.org